

SENADO FEDERAL Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

EMENDA N° - PLEN

(à MPV n° 1049, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao art. 4º e insira-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1049, de 14 de maio de 2021:

- "**Art. 4º** A ANSN tem como órgão de deliberação máxima a Diretoria Colegiada, composta por um Diretor-Presidente e quatro Diretores.
- § 1º O Diretor-Presidente e os Diretores serão nomeados pelo Presidente da República para cumprir mandatos não coincidentes de 5 (cinco) anos.
- § 2º A nomeação dos membros da Diretoria Colegiada dependerá de prévia aprovação do Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.
- § 3° Aplicam-se aos membros da Diretoria Colegiada da ANSN as disposições da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 1998."
- "Art. X. Na composição da primeira Diretoria Colegiada da ANSN, visando a implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, o Diretor-Presidente e os demais Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, observados os seguintes prazos de mandato:
- I o Diretor-Presidente e um Diretor nomeados com mandato de 5 (cinco) anos;
 - II um Diretor nomeado com mandato de 4 (quatro) anos;
 - III um Diretor nomeado com mandato de 3 (três) anos; e
 - IV um Diretor nomeado com mandato de 2 (dois) anos.

Florianópolis:

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br



SENADO FEDERAL Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

§ 1º Na hipótese de vacância no curso do mandato, o Diretor-Presidente ou o Diretor nomeado em substituição ocupará o cargo pelo prazo remanescente até o fim do mandato.

§ 2º Os membros da primeira Diretoria Colegiada da ANSN, previamente aprovados pelo Senado Federal, serão nomeados na mesma data de entrada em vigor do decreto que aprovar o regulamento e a estrutura regimental da ANSN."

JUSTIFICAÇÃO

O acidente nuclear de Chernobyl e o incidente com o césio-137, ocorrido em Goiânia, mostraram de forma cabal a essencialidade da fiscalização sobre as atividades nucleares e radiológicas. Para que essa fiscalização seja feita de forma efetiva e plena, é fundamental que a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) seja dotada de autonomia frente às autoridades do Executivo. Mormente porque, dado o monopólio constitucional sobre as atividades nucleares, os principais agentes do setor nuclear são órgãos e estatais da União. Tal como determina a Medida Provisória nº 1049, de 2021, os diretores da ANSN são nomeados pelo Presidente da República e, por não terem mandato garantido em Lei, podem ser exonerados *ad nutum*. Sem a devida independência, em prejuízo da sociedade, os diretores da ANSN podem ser constrangidos no exercício de suas funções sempre que suas decisões forem contrárias aos interesses do Executivo.

A independência dos órgãos fiscalizadores é imprescindível para a realização de suas atribuições de forma técnico-científica e resguardada de ingerências políticas. Isso ficou comprovado à saciedade pela forma como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) pôde resistir, na tomada de decisões, às pressões sofridas no decorrer da pandemia de covid-19. Por essa razão, propomos que a escolha dos diretores da ANSN siga o mesmo rito da escolha dos diretores de agências reguladoras. Dessa forma, garante-se que a ANSN será realmente um instrumento de proteção

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ESPERIDIÃO AMIN

da sociedade e do meio ambiente frente aos riscos inerentes das atividades nucleares e radiológicas.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senador Esperidião Amin

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br